

aceito for iré assinado pelo Presidente e primeiro-secretário.

Al. J. J. J.

Reunio

Ato da vigésimo quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Nos dois dias de setembro de hum mil novecentos e noventa e um, no horário regimental, com exceção do vereador João Cândido Sampaio, reuniram-se os demais vereadores nas dependências da Câmara Municipal para a realização de mais uma sessão prevista para o ano em curso. Invocando a proteção Divina, deu início aos trabalhos o Senhor Presidente, solicitando de imediato a leitura da ata da sessão anterior, a qual posta em votação fora aprovada. A seguir foram apresentadas as correspondências recebidas e expedidas no decorrer da semana que antecedeu a sessão. Ato contínuo, concedeu o Senhor Presidente o espaço aberto aos Vereadores que desejassem pronunciar-se no pequeno expediente. Usou somente da palavra o vereador Waldemar Brandão, o qual solicitou que fosse oficiado parabenizando o Município de Colider pela brilhante organização da Festa Ligropevária que estava se realizando naquela semana, estendeu também os parabéns a Ligropepela maneira que tratara o Clube Flúvio, dizendo dos pró-

mios que haviam trazido para Simão a participação do Rurismo. Continuando os trabalhos, fora aprovado o Projeto de Lei, número sete, de autoria do vereador José Pedro Serafini, o qual lamenta falecimento do jovem Volnei Weber em acidente automobilístico que fora provocado pelo excesso de fumaça e em consequência do mesmo acidente mais quatro pessoas haviam sido levadas a capital do Estado com graves ferimentos, dizendo que por aquele e vários outros motivos era que adentrara a Casa com tal proposição. Nada mais fora em terceiro e última votação aprovada. Resquiu fora apresentada a Moção de Lépelo número dois, autoria do vereador Fernando Bispo Ferreira, e o parecer número dezessete, do Comissão de Justiça e Redação que em votação fora aprovada. Na discussão do Moção, José Pedro Serafini, registrou que a estabilidade do serviço público demonstrava que transformava-se em situação de ingovernabilidade, citando casos de funcionários que encontravam-se sendo pagos pelo dinheiro público e não estavam trabalhando, devido a estabilidade e o governo estava querendo contratar outros funcionários para ocupar o cargo deixado por eles. Informar que seu posicionamento era contrário a estabilidade no emprego público, mes-



mo sabendo que era Lei Federal, amparada pela Constituição Estadual e Lei Orgânica do Município, da qual, na época, deu seu posicionamento favorável. Fernando Bispo Ferreira, como autor, justificou o motivo pelo qual adentrara a Casa com tal proposição, dizendo que não estavam querendo através dela discutirem a estabilidade do funcionalismo público e sim pedir que fosse enviado a Casa o Plano de Cargos e Salários cumpriundo assim, o Executivo, a Lei. Waldemar Brandão, citou que não via o funcionalismo público em todo como corrupto, entendendo que o funcionário público obtara por aquele cargo pelos anos de serviço que possuía. Disse ser a favor da estabilidade pois entendia que devia haver uma garantia. Concordou com o dito pelo vereador José Pedro Serafini, no que dizia respeito a contratação de novos funcionários enquanto existiam funcionários ociosos, entendendo que devia ser feito um remanejamento naqueles casos. Dalton Benoni Martini, entendeu que a estabilidade no emprego o funcionário adquiria pelo trabalho que desempenhava, dizendo que quem provocava a vagabundagem nos órgãos públicos eram os próprios administradores, mencionando que existiam exemplos claros no próprio Estado, de incha-

mento de folha para pagarem assim favores políticos, dizendo que não citaria o nome das pessoas contratadas por ética. Disse estar de acordo com a moção em discussão. Sebastião Inácio de Matos, mencionou que o governador do estado não estava ainda inebando a máquina, pois existia portaria que permitia somente a substituição dos funcionários, pedindo ao vereador Dalton Benoni Martini que citasse os nomes das pessoas pois assim o estaria ajudando. Vitovino Dalla Libera, entendeu que a estabilidade no emprego não seriam eles que resolveriam, pois era um defeito já dos seus antepassados, que vinha se estendendo de campanha à campanha política. Disse ser favorável a moção. Já Pedro Serafini, referiu-se quanto a certos órgãos do estado que estavam incapazes de funcionar e que devido àquele fato o governo se viu na obrigação de contratar novos funcionários para melhorar sua rentabilidade, retirando os funcionários incapazes. Não havendo mais nada a ser dito a respeito da proposição, fora posta em votação, sendo aprovada por unanimidade. Logo contínuo, fora apreciada a indicação número quarenta e dois, autorizando ao vereador Jonas Henrique de Lima, que a justificou. Na discussão, flo-



mário Slaviero, apoiou a proposição do vereador, pedindo somente ao Deputado Jorge Yamai, que também se lembrasse da Escola Nossa Senhora de Lourdes, dizendo da necessidade que se fazia a ampliação da escola ainda para o ano vindouro. Nada mais havendo, em votação, fora aprovado. Após o pedido dos vereadores, deu prosseguimento à sessão, o Senhor Presidente, com o espaço aberto às explicações pessoais. Usou inicialmente da palavra o vereador José Pedro Serafim, referindo-se ao assunto das casas populares que já fora levantado em várias sessões anteriores e até aquela data nada fora feito a respeito. Pediu novamente que fosse formado comissão para resolverem a situação, pois estavam sendo cobrados diariamente pela população que solicitava uma resposta quanto ao caso do paralelismo das prestações, pedindo que não deixassem só a questão em plenário. Referiu-se, após, quanto a proposição que tramitava na Assembleia Legislativa, de emancipação do Distrito de Santa Carmem, dizendo não ser contra a emancipação apenas queria que fosse observado com atenção os limites territoriais, para não ocorrer o que ocorrera quando da emancipação do município de Cláudia, onde Sincop fora prejudicado com a divisão. Waldemar Brandão, disse que jamais ocorreria de



Tribuna para deixar de falar o verdade,
de, mencionando de uma declaração
falsa que fora lhe pedido para fazer,
comprovando anos de trabalho de um
muniípe em sua empresa para po-
der adquirir uma casa própria, di-
zendo que faria tantas quantos ne-
cessárias fosse para beneficiar as pes-
soas que necessitavam. Entendeu que
sendo o Vereador José Pedro Serafini di-
reitor de uma emissora de rádio, deve-
ria levantar a bandeira em prol do
assunto "Casas Populares" em seu pro-
grama. Para benizar ao Senhor Elain
Elgerdt pela conquista de empresa jo-
rnalística. Elogiou o Prefeito Municipal
e o Secretário da Fazenda pelo traba-
lho empreendido e conseqüentemente
favorecendo a boa arrecadação de ICMS
ao município. Fernando Bispo Ferru-
ra, reafirmou o dito em sessões pas-
sadas quanto ao caso das casas po-
pulares do Parque Jequitibás, dicen-
do do trabalho que estava realizam-
do juntamente com o Senhor Tan-
credo Lytahi em prol daquela situa-
ção. Vitorino Dalla Libera, disse que
tinha o Vereador José Pedro Serafini
razão em se preocupar quanto a di-
visão do município de Sinop, caso
fosse Santa Carmem emancipada, mas
tinha certeza que aquele distrito não
tomaria nenhuma área que não era
sua, dizendo que traria mapa à la-

sa para que pudessem os Vereadores
terem conhecimento dos limites da-
quela distrito. Disse de sua insatis-
fação quanto a sentença condenató-
ria dada pelo juiz de campo Gram-
de, Doutor Edilon, a seu filho, Evon-
do e conhecimento da população si-
nopense, do roubo de um caminhão
de sua propriedade ocorrido em São
Paulo e encontrado em Dourados,
sendo o motivo do processo que o jul-
gara como contrabandista. Pediu a
ajuda dos edeias para resolverem o
caso, dizendo que aguardava a vinda
dos Senadores Júlio Campos e Lau-
berg Nunes Rocha e também do go-
vernador Jaime Campos a Sinop na
próxima semana para poder deles tam-
bém solicitar ajuda, dizendo que iria
até o fim, pois não admitia que sua
família fosse julgada daquela forma.
Waldemar Brandão, entendeu que era o
momento sim, do vereador cobrar dos
Deputados Estaduais e do Governo do Es-
tado, sendo dever dos mesmos em aju-
dá-lo pois conheciam sua pessoa e de-
veriam provar que tinha o vereador
moral. Disse que os vereadores não
tinham a capacidade para resolver
o problema, vontade sim, mas não
tinham força suficiente. Propôs que
fosse feita uma moção de apoio pelo
Caso para poderm ajudá-lo. Jonas Hen-
rique de Lima, comentou quanto ao



casas populares, afirmando que a solução seria dada pelo adquirente do imóvel, não fazendo a inscrição, sendo assim automaticamente a administradora se via na obrigação de mudar os planos para adquirir a população as casas. Participando José Pedro Serafini, entendeu que a situação não se resolveria com formalização de documentos e sim com a desburocratização, pedindo novamente que fosse formado uma comissão para ir em o Trió e resolver o caso, sendo o seu ver a única solução. Continuando Jonas Henrique de Lima, entendeu que se deixassem a parte da burocracia do lado, acabariam adquirindo as casas as pessoas que delas não necessitavam. Deba que deveriam sim formar a comissão e ir em o Trió para resolverem o mais rápido possível aquela situação. Quanto ao caso do vereador Vitorino Dalla Libera, concordou com o que fora dito pelo vereador Waldemar Brandão, pedindo o vereador contar com seu apoio, pedindo à mesa que enviasse documento aos parlamentares estaduais para que eles formassem uma comissão e fizessem uma sindicância no caso para resolverem a situação. Waldemar Brandão, sugeriu que fosse acionado também o Uvemat para ajudar no caso, para assim verem

o que aquele órgão fazia pelos vereadores do Estado. Não havendo mais nenhum vereador a querer usar do parlavra, convidou o Senhor Presidente as lideranças dos partidos existentes na casa para formarem a comissão que analisaria o caso das casas populares. Prontificou-se o ajudar no caso do Vereador Vitorino Dalla Libera, dizendo que poderiam fazer uma moção de apoio enviando cópias ao governador, deputados e senadores para susoherem o quanto antes aquele caso. Nada mais havendo encerrou a sessão, sendo a presente ata lavrada e se aceita foi assinada pelo Presidente e Primeiro-Secretário.

Antônio A. Pinheiro

Sueto

Ata da vigésima quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso

Nos nove dias do mês de setembro de hum mil novecentos e noventa e um, no horário regimental, reuniram-se os senhores vereadores, para realizarem a vigésima quinta sessão ordinária prevista àquela ano. Invocando a proteção divina deu início à sessão, o Senhor Presidente, solicitando de imediato que fosse lida a ata da Sessão anterior, a qual após sua leitura fora em votação aprovada e seguir conforme o pauta do